

Análise da cobertura vacinal do município de Maringá e da 15ª região de saúde do Paraná



https://doi.org/10.56238/medfocoexplconheci-036

Anna Brigida Franco Carvalho

Graduanda de Medicina Instituição Unicesumar

E-mail: annabrigidafcarvalho@gmail.com

Luana Carla Tirone de Freitas Giacometti

Mestre em Saúde Coletiva Pela Universidade Estadual de Londrina Instituição Unicesumar

E-mail: luana.giacometti@unicesumar.edu.br

RESUMO

A imunização é compreendida como um processo de intervenção no estado de saúde-doença, tendo grande importância para a promoção da saúde na população. Posto isto, é considerada uma das formas mais seguras e eficientes quando se trata de prevenção e redução de diversas doenças.

Atualmente, há movimentos contra a vacinação da população que prejudicam o objetivo proposto pelo Programa Nacional de Imunização (PNI). Diante de toda conjuntura vivenciada e debatida por muitos, a pesquisa tem como objetivo, analisar a cobertura vacinal do município de Maringá-PR e da 15^a Região de Saúde do Paraná, no período de 2016 a 2022, e colaborar com a disseminação do conhecimento e atualização acerca do programa vacinal. Com isso, optou-se por utilizar uma metodologia de estudo descritivo como forma de expor os dados da pesquisa. Por fim, com os resultados encontrados, foi possível observar que há necessidade de maior divulgação e promoção sobre a vacinação. Assim, incentiva-se a criação de movimentos de fortalecimento das políticas de saúde no âmbito municipal e regional.

Palavras-chave: Taxas de vacinação, Promoção do bem-estar, Calendário básico de imunização.

1 INTRODUÇÃO

O Programa Nacional de Imunização (PNI) foi criado em 1973, por ordem do Ministério da Saúde, visando conferir as ações de imunização do país, a qual até o presente momento não havia uma constância por possuir uma área de pequena cobertura vacinal (BRASIL, 2022). Cumpre observar, preliminarmente, que a instituição do programa ocorreu pelo desfecho das campanhas de vacinação contra a varíola que comprovou que a vacinação da população tinha a capacidade de erradicar doenças, ainda na década de sessenta (BRASIL, 2022).

Dessa forma, o seguinte trabalho tem como objetivo analisar um dos serviços ofertados pelo SUS, a vacinação. A população alvo do trabalho são os moradores da cidade de Maringá e da 15ª região de Saúde do Paraná.

Convém ressaltar que o principal objetivo do PNI é oferecer todas as vacinas a quaisquer crianças que nascem no Brasil, sempre com o propósito de chegar a uma cobertura vacinal de 100%, homogeneamente em todo o país (BRASIL, 2022). A vacinação é uma das ações mais custo-efetivas e



que possui uma grande repercussão no cuidado de eventos de doenças infecciosas (FERREIRA et al..2018).

É indubitável que o Programa Nacional de Imunização do Brasil progrediu muito com o passar dos anos oferecendo proteção contra várias doenças que, hoje, são erradicadas no país e, também, propiciando qualidade de vida aos indivíduos (BRASIL, 2022). O calendário de vacinas brasileiro é riquíssimo em diversos quesitos, como abranger não apenas as crianças e, sim, toda a população nacional. Ademais, o PNI encontra-se como um dos maiores programas em todo o mundo, contabilizando no total 19 vacinas na sua rotina, que tem início com o nascimento e se estende por toda vida e, também, oferta 45 tipos diferentes de imunobiológicos para os indivíduos (BRASIL, 2022).

Oportuno se torna dizer que no ano de 2019 foi instituído pelo Ministério da Saúde um programa chamado Previne Brasil, o qual passou a determinar algumas alterações no financiamento da Atenção Primária. Esse projeto avalia o desempenho das equipes de Saúde da Família (eSF) e equipes de Atenção Primária (eAP) em um conjunto de indicadores que irá determinar o valor do incentivo que cada município receberá (BRASIL, 2022). No total, são sete indicadores que contemplam as ações de Pré-natal, Saúde da Mulher, Saúde da Criança e Condições Crônicas. Os critérios que são atendidos por esses indicadores compreendem disponibilidade, granularidade, periodicidade, simplicidade, estabilidade, rastreabilidade, adaptabilidade, representatividade dos dados utilizados no cálculo e baixo custo de obtenção (BRASIL, 2022).

Cumpre observar, preliminarmente, que o envelhecimento (conhecido como processo de senescência) é algo natural e progressivo, o qual compreende alterações de função, morfologia, bioquímica e, também, da parte mental dos indivíduos. Todas essas modificações podem estabelecer a perda de conseguir se adaptar às condições do meio (GUILLEN et al., 2009). Desta forma, a vacinação é a forma mais eficaz contra gripes entre outras doenças que podem acometer essa população específica que possui certo grau de vulnerabilidade, visando prevenir complicações evitáveis nos idosos (MALAFAIA, 2008).

Vale ratificar que a imunização deve ser compreendida como um mecanismo que tem como alvo fazer a intermediação no processo saúde-doença, sendo umas das formas mais eficientes e asseguradas na prevenção e redução de certas doenças no mundo (LUIZ et al., 2021). Nesse sentido deve-se dizer que desde a origem das vacinas existem movimentos contra a vacinação da população, infelizmente, nos dias atuais esse grupo vem conseguindo espaço e uma voz globalmente, o tornando cada vez mais forte (BELTRÃO et al., 2020).

É preciso insistir também que isso se deve ao fato da rápida disseminação de informações pelas mídias sociais e pela internet, local em que os indivíduos usam para compartilhar não só sua vida pessoal, mas também seus pensamentos e aquilo que acreditam. Dessa forma, o movimento antivacinas



alcançou um grande número de usuários com informações contrárias à verdade sobre a vacina, por consequência foi observado uma queda na cobertura vacinal da população brasileira em geral em um curto período de tempo (BELTRÃO et al., 2020).

Em última análise sabe-se que a cobertura vacinal é um fator de suma importância para indicar a saúde de uma determinada população e se os serviços de saúde prestados foram de qualidade (CARDOSO et al., 2017). Diante das informações supracitadas, esse estudo tem como objetivo analisar a cobertura vacinal do município de Maringá-PR da 15ª Região de Saúde do Paraná, no período de 2016 a 2022.

A vacinação é um meio de proteção contra inúmeras doenças e é um indicativo de saúde do município de Maringá e da 15ª Região de Saúde do estado do Paraná. O principal intuito desse projeto é contemplar a discussão sobre a importância da vacinação de forma unificada da população do município de Maringá e da 15ª Região de Saúde do Paraná, observar os baixos índices vacinais e debater as possíveis fragilidades e a potencialidade do PNI. Outrossim, analisar e verificar o avanço da vacinação no município de Maringá-PR e região no período de 2016 a 2022, observando se teve um aumento, redução ou permaneceu em uma constância o número de indivíduos que foram devidamente imunizados de acordo com o programa básico vacinal proposto pelo município em questão.

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL:

Analisar a cobertura vacinal do município de Maringá e da 15ª Região de Saúde do estado do Paraná, no período de 2016 a 2022.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

Comparar a cobertura vacinal do município de Maringá e da 15ª Região de Saúde;

Identificar as ações realizadas pela Secretaria Municipal de Saúde de Maringá nas páginas de mídias sociais oficiais sobre campanhas de vacinação no âmbito da Atenção Primária à Saúde;

Identificar as vacinas com maiores dificuldades de alcance de metas mediante o calendário vacinal e debater as possíveis fragilidades e potenciais do Programa Nacional de Imunização (PNI).

3 METODOLOGIA E DESENVOLVIMENTO

Optou-se por escolher uma metodologia de estudo descritivo, tendo em vista reunir informações sobre as principais características da vacinação da população-alvo. A busca por informações relevantes sobre o assunto escolhido foi realizada em plataformas e bibliotecas virtuais de publicação de artigos científicos e periódicos.



O desenvolvimento da metodologia foi baseado em fases. Na fase elencada para a realização do projeto, foi escolhido o assunto da pesquisa, com o principal intuito contemplar a discussão sobre a importância da vacinação de forma unificada de toda a população, observar as baixas relações vacinais e debater as possíveis fragilidades e a potencialidade do PNI. Com isso foi definido as principais palavras-chave do planejamento do estudo: taxas de imunização, campanhas de saúde e calendário básico de vacinação.

É sobremodo importante destacar que a vacinação de Poliomielite em crianças de 4 anos de idade, os dados coletados foram do período de 2017 a 2022, entretanto, as demais vacinas abrangem um intervalo de tempo entre o ano de 2016 ao ano de 2022, para recrutamento dos dados foi utilizado o sistema SIPNI e Tabwin.

Outro dado importante a destacar é que a cobertura vacinal da Hepatite B e a cobertura vacinal da Pentavalente nos anos de 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021 e 2022 foram exatamente a mesma porcentagem, dessa maneira, na apresentação dos resultados do trabalho será sempre citado sobre esses dois tipos de vacinas juntas.

Diante das informações supracitadas, todo o trabalho foi baseado em pesquisa de dados e resultados sobre a cobertura vacinal dos imunobiológicos da Hepatite B, Poliomielite, Pentavalente, Tríplice bacteriana (DTP), Poliomielite (1a ref), Hepatite B em crianças até 30 dias e Poliomielite em crianças até 4 anos.

Na fase primordial do desenvolvimento do trabalho, foi levantado os dados sobre a população alvo do trabalho, para assim, coletar as informações necessárias para elaboração de planilhas contendo cada informação. Os dados populacionais utilizados como base foram os dados da Estimativa Populacional do IBGE publicada em 2021, pois até o momento da análise dos dados o IBGE não havia publicado os resultados do Censo Demográfico de 2022. O intuito desse momento inicial de arrecadação de dados possuía como objetivo final a criação de gráficos que ilustrasse a cobertura de imunização das cidades de: Ângulo, Astorga, Atalaia, Colorado, Doutor Camargo, Floraí, Floresta, Flórida, Iguaraçu, Itaguajé, Itambé, Ivatuba, Lobato, Mandaguaçu, Mandaguari, Marialva, Maringá, Munhoz de Melo, Nossa Senhora das Graças, Nova Esperança, Ourizona, Paiçandu, Paranacity, Presidente Castelo Branco, Santa Fé, Santa Inês, Santo Inácio, São Jorge do Ivaí, Sarandi e Uniflor.

Em segundo momento, para levantamento das ações realizadas pela Secretaria de Saúde nas mídias sociais, foi executada uma busca nas plataformas oficiais do município durante o período de 2020 e 2023, sendo o Instagram a principal rede social utilizada para a pesquisa, seguida do Facebook e do Twitter (PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINGÁ, 2023).

Posta assim a questão, é de se dizer que após o levantamento dos materiais sobre a vacinação de cada cidade, foi possível ter, em um primeiro momento, a situação vacinal dos indivíduos de tais



regiões. O desenvolvimento da pesquisa foi realizado a partir de dados de fontes secundárias, não houve a necessidade de passar pelo comitê de ética.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Sem dúvidas as vacinas são a maior vitória quando falamos de saúde pública, repercutindo de forma extraordinária na sobrevivência das crianças e na erradicação de inúmeras doenças (DONALISIO et al, 2023). Dito isso, no Gráfico 1 demonstra a relação de crianças com até 30 dias de vida que receberam a vacina da Hepatite B. Em linhas gerais, observa-se que houve aumento da cobertura vacinal da população alvo supracitada ampliou no decorrer dos anos, algumas mantiveram um padrão de imunização.

Posta assim a questão, é de se dizer que de acordo com os dados coletados o município de Ângulo nos 3 primeiros anos não teve sua cobertura vacinal descrita em dados, no entanto, a partir de 2019 começamos a ver os relatos da imunização que se manteve em um padrão muito próximo entre 2020 a 2022, desse modo, é possível que a hipótese do problema tenha sido por conta do sistema de informação apresentar algumas falhas e com isso não termos obtido os dados nos anos anteriores. Já Maringá, tem um percentual maior listado em 2016, entretanto, assim como em Ângulo, entre o período de 2017 a 2022 a cobertura de imunização foi semelhante no decorrer de tais anos.

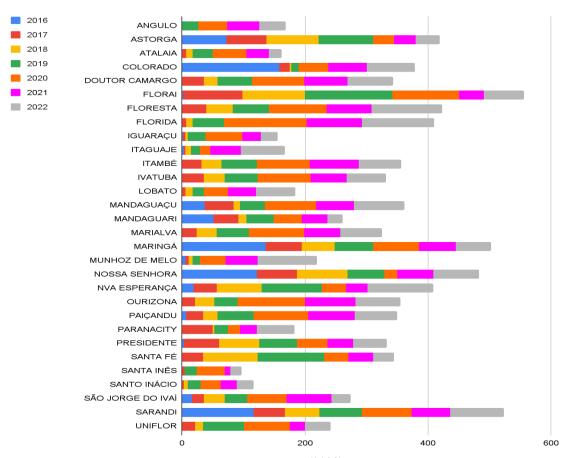
Vale ratificar que várias cidades da 15ª Região de Saúde possuem uma população com números muito inferiores quando comparado aos demais municípios citados. Podemos utilizar como exemplo Santo Inácio, que possui uma comunidade pequena, mas sempre manteve um modelo quando discorremos sobre a vacinação infantil.

Ademais, as cidades que apresentam os maiores valores de cobertura vacinal são: Astorga, Floraí, Floresta, Flórida, Maringá, Nossa Senhora das Graças, Nova Esperança, e Sarandi.



Gráfico 1 - Cobertura vacinal de Hepatite B em crianças até 30 dias do período de 2016 a 2022 nos municípios da 15ª Região de Saúde do Paraná.

VACINAÇÃO DE HEPATITE B EM CRIANÇAS ATÉ 30 DIAS ENTRE 2016 E 2022



Fonte: SI- PNI (2023)

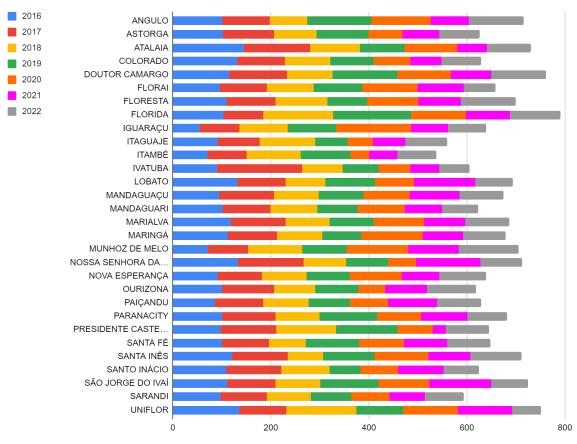
O segundo gráfico ilustra a cobertura de imunização da hepatite B de 2016 a 2022, de igual forma a cobertura vacinal da vacina Pentavalente (gráfico 3), no mesmo período, obteve os mesmos valores tanto no município de Maringá quanto na 15ª Região de Saúde do Paraná. Por este fato, as informações sobre tais vacinas serão abordadas simultaneamente.

Depois dessas breves noções preliminares acerca da Hepatite B e da Pentavalente, é notável quando comparadas com as demais vacinas que a cobertura mais unificada e padronizada dos municípios em todos os anos foram esses princípios.

A variação de crianças imunizadas foi muito baixa de um ano para outro em todas as regiões estudadas. Registra-se que em alguns anos a imunização foi, sim, maior em alguns momentos como em 2020 na cidade de Iguaraçu, onde ultrapassou os 100% de crianças protegidas.



Gráfico 2 - Cobertura vacinal de Hepatite B do período de 2016 a 2022 nos municípios da 15ª Região de Saúde do Paraná. VACINAÇÃO DE HEPATITE B ENTRE 2016 E 2022

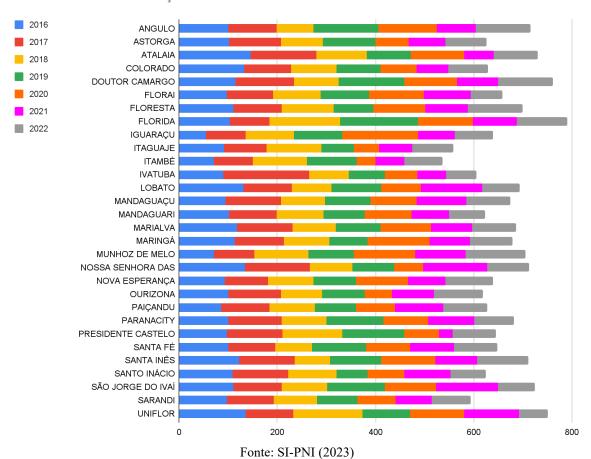


Fonte: SI-PNI (2023)

Nunca é demais lembrar o peso e o significado que a imunização gera em uma população, no país ainda é possível verificar críticas sobre o calendário vacinal brasileiro, isso acontece por inúmeros fatores, sejam eles a visão de que a quantidade de vacinas e de doses é demasiada ou, até mesmo, por acreditarem que nós, brasileiros, iniciamos a administração de vacina em idades muito prematuras. É preciso insistir ainda no fato que as vacinas são consequência de seu próprio êxito e atingiram o antagonismo da epidemiologia: o controle das doenças imunopreveníveis gerou uma convicção muito grande de confiança, certeza de que tais enfermidades não são mais um problema ou semeia a crença de que a vacina imuniza apenas distúrbios de saúde leves. Infelizmente, esse discernimento provocou que a população acreditasse que o risco de pegar a doença é menor do que submeter-se à vacinação, a expor-se aos efeitos adversos possíveis da imunização (MATOS et al, 2023).



Gráfico 3 - Cobertura vacinal da Pentavalente do período de 2016 a 2022 nos municípios da 15ª Região de Saúde do Paraná. VACINAÇÃO DE PENTAVALENTE ENTRE 2016 E 2022

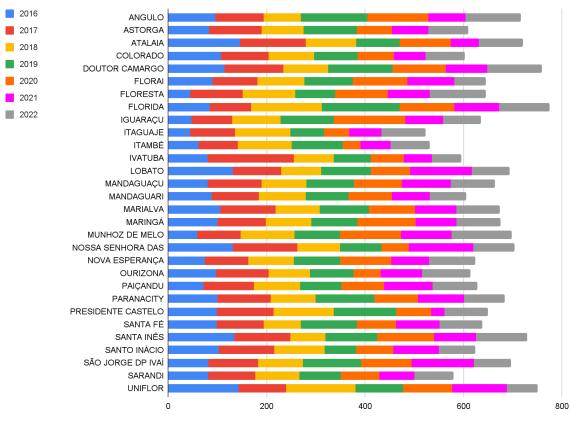


Como há de se verificar, o próximo imunobiológico descrito no gráfico 4 é sobre a Poliomielite no intervalo de 2016 a 2022. Destaca-se aqui o município de Flórida, ganhando das demais cidades na imunização contra a poliomielite. A cidade de Maringá, também, teve uma ampla quantidade de imunização de crianças contra a poliomielite, observa-se que os valores não se mantiveram em todos os anos, mas de certo modo continuam próximos entre si, possuindo 2020 como o ano com mais imunização quando comparado com os demais.

Outra cidade que merece destaque é Uniflor, a qual no ano de 2016 foi o segundo município com o maior número de imunizações, ficando atrás apenas de Atalaia. No entanto, a mesma região teve o segundo percentual mais baixo de cobertura vacinal no ano de 2022, ficando na frente de Uniflor o município de Ivatuba, com a porcentagem mais baixa no mesmo ano. O local que teve a menor cobertura vacinal comparando entre todas as cidades e os anos estudados foi o município de Presidente Castelo Branco em 2017, ficando com uma cobertura inferior a 28% de indivíduos protegidos contra a Poliomielite.



Gráfico 4 - Cobertura vacinal da Poliomielite do período de 2016 a 2022 nos municípios da 15ª Região de Saúde do Paraná. VACINAÇÃO DE POLIOMIELITE ENTRE 2016 E 2022



Fonte: SI-PNI (2023)

O decrescimento global da cobertura vacinal (CI), acarretou em 2019 que a OMS (Organização Mundial de Saúde) determinasse que a hesitação vacinal é uma entre as 10 maiores ameaças à saúde pública mundial. A definição veio com a queda da vacinação populacional e com a reintrodução de doenças, as quais já haviam sido eliminadas anteriormente. Tais doenças como a poliomielite e o sarampo são doenças imunopreviníveis, infelizmente a volta dessas doenças podem piorar substancialmente a crise sanitária do país (HOMMA et al, 2023).

Torna-se oportuno argumentar sobre a vacinação da Poliomielite em crianças até 4 anos de idade (gráfico 5). Em disparidade com os demais imunobiológicos, o tempo da pesquisa ocorreu entre 2017 e 2022.

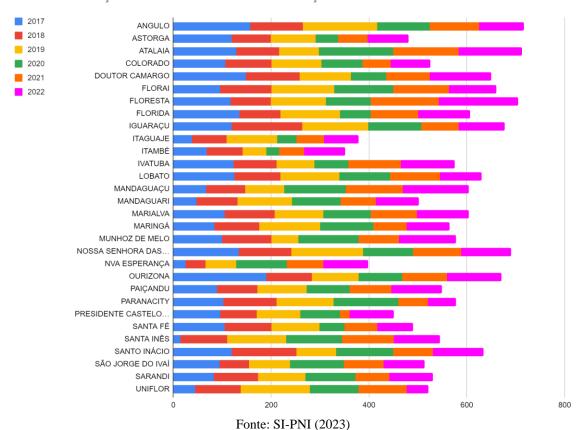
O município de maior importância no ano de 2017 foi Ourizona, atingindo o mais alto nível quando discutimos sobre cobertura vacinal, seus percentuais de imunização se mantiveram sempre acima de 90% da população nos demais anos. Já a cidade de Itambé possui os menores valores no período de análise em relação aos seus habitantes que foram imunizados.

Cidades como Ângulo, Atalaia, Doutor Camargo, Floraí, Floresta, Iguaraçu, Lobato, Nossa Senhora das Graças, Ourizona e Santo Inácio estão entre os municípios com melhor cobertura de imunização de seus cidadãos.



Gráfico 5 - Cobertura vacinal de Poliomielite em crianças de 4 anos no período de 2017 a 2022 nos municípios da 15ª Região de Saúde do Paraná.

VACINAÇÃO DE POLIOMIELITE EM CRIANCAS DE 4 ANO ENTRE 2017 E 2022

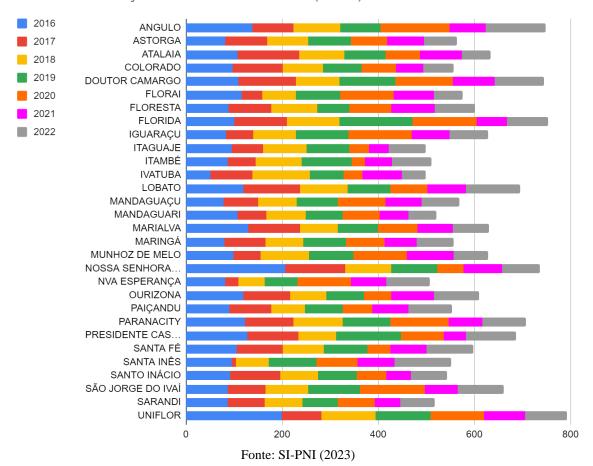


Não se pode deixar de citar ainda a vacinação contra a Poliomielite (BRASIL,2023) entre os anos de 2016 e 2022, sem dúvidas o município de maior destaque quando nos referimos a cobertura vacinal foi Uniflor, tendo percentuais elevados de habitantes imunizados, em contrapartida, as cidades de Itaguajé, Itambé, Ivatuba, Mandaguari, Maringá, Nova Esperança e Sarandi tiveram os menores índices de vacinação da população infantil.



Gráfico 6 - Cobertura vacinal de Poliomielite no período de 2016 a 2022 nos municípios da 15ª Região de Saúde do Paraná.

VACINAÇÃO DA POLIOMIELITE (1º ref) ENTRE 2016 E 2022



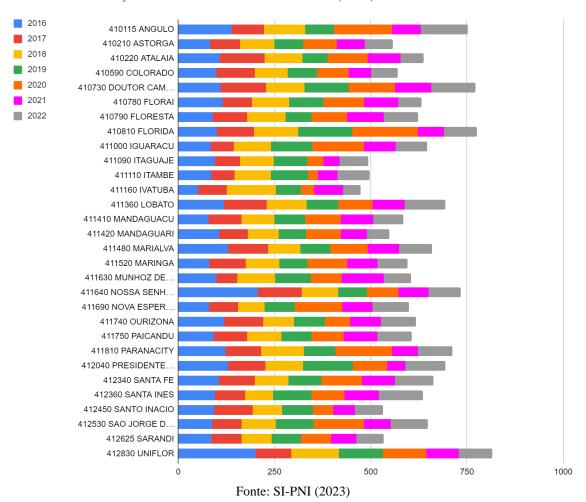
Em última análise, exploramos acerca da do imunobiológico da vacina Tríplice Bacteriana (DTP). Durante a realização da investigação da cobertura vacinal de 2016 a 2022, verificou-se que Ângulo, Doutor Camargo, Flórida e Uniflor foram os locais com a melhor imunização no decorrer dos anos listados como objetivo de estudo.

A imunização da população alvo com a tríplice bacteriana teve altos e baixos índices quando realizamos o levantamento de cada cidade e entre os municípios, fazendo uma comparação com base nos dados coletados e ilustrados no Gráfico 7.



Gráfico 7 - Cobertura vacinal da Tríplice Bacteriana (DTP) no período de 2016 a 2022 nos municípios da 15ª Região de Saúde do Paraná.

VACINAÇÃO DE TRÍPLICE BACTERIANA (DTP) ENTRE 2016 E 2022



Cumpre ressaltar que como não houve censo no período, a população projetada foi menor do que o número de crianças que realmente receberam a vacina, por este fato, podemos ter percentuais que passam de cem e outros menores.

Progressivamente, os governadores públicos têm se preocupado com a qualidade dos serviços oferecidos aos indivíduos, de forma que isso se tornou um elemento inquestionável de marketing, podendo afetar diretamente a imagem dos chefes de estado. Haja visto que é uma obrigação legal assegurar que essa categoria é verdadeira, pelo fato que a renda utilizada para financiar tais serviços advém dos próprios cidadãos. Entretanto, a veracidade dos serviços públicos pode ser comprometida por diversos agentes, como por exemplo, a falta de atenção governamental, a estabilidade dos funcionários públicos que pode acarretar na diminuição da qualidade e dedicação do trabalho, a falta de conhecimento dos profissionais, os baixos limites em classes oferecidas e até mesmo a cultura de negligência em relação ao patrimônio público (JUNIOR et al, 2018).



A sapiência é fundamental na esfera de saúde pública para auxiliar na tomada de decisões relacionadas ao plano de governo e se mostra como um mecanismo imprescindível para o domínio dos fenômenos. Corriqueiro se torna a apresentar o quão necessário é avaliar a forma que os trabalhadores da saúde e a população utilizam o Sistema de Informação de Imunização, para fins que ampliem o cuidado em saúde (RODRIGUES et al, 2022).

Nessa linha de análise, recorri a campanhas de vacinação nas mídias digitais para realizar um levantamento de dados dos últimos anos do marketing que foi realizado para as vacinas deste estudo. Entretanto, não foi possível encontrar nenhuma campanha de vacinação nas plataformas oficiais da prefeitura de Maringá como Instagram e Facebook, nestas encontramos apenas dados e divulgação da vacinação contra a COVID-19.

Infelizmente, um dos melhores meios da atualidade para fornecer informação sobre a importância vacinal e sobre as campanhas de vacinação não são utilizadas da melhor forma para atingir a população alvo. Nos anos 2000, as campanhas eram muito mais eficazes, mesmo sendo mais difícil de alcançar os indivíduos, foram criados meios que de alguma forma tocassem e interagissem com o povo.

O personagem Zé Gotinha marcou a vida de todas as crianças que nasceram nesse período, dando início a uma nova era. Ele visitava as escolas, os bairros, passeava nas ruas das cidades, participava de carreatas, sempre com o mesmo propósito: transmitir a informação sobre a importância e a necessidade de imunizar os moradores e defendê-los das enfermidades. O marketing empregado na época era tão impactante que as próprias crianças pediam aos pais para se imunizar, cobravam dos responsáveis a necessidade de estar protegidos e ensinavam sobre a glória de se prevenir das doenças.

O personagem representa o que denominamos de defesa e mobilização da vida. Zé Gotinha foi criado pelo artista plástico Darlan Rosa, o qual foi convidado pelo Ministério da Saúde e pela UNICEF, para criar e desenvolver algo que fosse convidativo e incentivasse pais e crianças a tomar os imunobiológicos (BRASIL, 2023).

Com isso, na década de 1990 nascia o personagem que marcou a infância de muitos. Com um design simples e sem muitos detalhes, contudo capaz de transmitir o conhecimento a respeito da excelência da imunização. No início, o personagem que foi desenvolvido com a forma de duas gotinhas ainda não possuía um nome, porém com o tempo o povo brasileiro foi criando nomes e apelidos, até definirem o nome da figura como Zé Gotinha. A partir desse momento, o personagem ganhava ainda mais vida e reconhecimento na sociedade, entre as crianças, tornando-se um símbolo nacional de proteção e mobilização da vida (SAÚDE, 2023).



O carismático personagem ganhou o coração do público e fez com que crescesse o número da vacinação contra a poliomielite exponencialmente. No entanto, Zé Gotinha acabou se tornando um marco da vacinação de forma geral em todo o país. Ele se transformou em sinônimo de vacinação, de prevenção de doenças e de mobilização da vida em nosso país (BRASIL, 2023).

Sem dúvidas, nos dias atuais com a facilidade de transmitir informação pelas mídias sociais e de desenvolver uma nova figura de marketing que auxiliasse Zé Gotinha em seu trabalho, deveria ser simples pois há muitos meios e formas de criação. Todavia, a manifestação e a divulgação das vacinas não são mais tão impactantes, bem elaboradas ou vistas como algo essencial. Essa precariedade resulta em níveis menores de indivíduos imunizados quando comparados a algum imunobiológico que teve todo um marketing planejado e anunciado em rádios, televisões, mídias sociais, propagandas e cartazes pelo Brasil. Atualmente, vivemos na chamada "era digital", a qual a informação possui rápida propagação, entretanto, infelizmente não é utilizada adequadamente, de modo que atinja os indivíduos com informações necessárias, os assuntos primordiais não recebem grande repercussão.

Importante se faz realçar que a cobertura vacinal é muito mais efetiva quando vinculada a campanhas, disseminação de informação e divulgações que cativam os indivíduos. As ações da mídia aumentam o número de pessoas que recebem a publicação das vacinas.

Ademais, os imunobiológicos que são aplicados concomitantemente também geram um grande impacto, visando valores maiores de crianças imunizadas, além da praticidade para as famílias, quando estas não precisam retornar com tanta frequência a Unidade Básica de Saúde para vacinar seus filhos. Isso gera menos tempo, menos falta dos pais no trabalho, das crianças nas creches e escolas entre tantos outros benefícios, em suma otimizam o tempo dos indivíduos e dos profissionais.

Outro problema, em relação à vacinação, são os mitos que rodeiam tal assunto, a transmissão de fake news e as crenças que acarretam no receio populacional em se prevenir. Desse modo, é necessário a desmistificação sobre o tema e a propagação de informações verídicas, dando preferência para uma linguagem simples e objetiva, a qual torna possível a compreensão em massa do quanto a vacinação é importante, da verdadeira eficácia e da ação de prevenção de cada uma, dos seus benefícios e, também, dos seus riscos.

O objetivo deveria ser oferecer sempre a verdade para as pessoas, para assim anular o cultivo de conhecimentos errôneos e disseminar aquilo que é correto e verdadeiro. Muitos acreditam que a vacina é prejudicial, que os deixam doentes pelo fato de não compreenderem/saberem com sinceridade a realidade acerca do assunto. As fake news devem ser substituídas com a veracidade, o povo deve ter acesso ao entendimento de que as vacinas não os deixam doentes, e sim os defendem, no entanto, existem efeitos colaterais como em medicamentos adquiridos em farmácias. Por este fato, reforço como seria valioso que a maioria pudesse ser melhor instruída.



O intuito é que a população pare de acreditar nos mitos e inverdades que circulam na sociedade, que assim os movimentos anti vacinas percam suas forças, e a imunização atinja altos níveis de cidadãos protegidos contra doenças imunopreviníveis, aspirando a erradicação de mais doenças no país, além da varíola.

5 CONCLUSÃO

À luz do exposto, considerando as limitações supracitadas em relação aos dados demográficos da população total de crianças das cidades contempladas pelo presente estudo e o percentual vacinado destas, percebe-se que há um padrão vacinal que se mantém ao longo dos anos, possuindo picos de imunização de algumas doenças e regiões na população estudada.

Em contrapartida, é sabido que há uma percepção equivocada em relação aos efeitos adversos atualmente, levando à superestimação deles, gerando uma certa repulsa na busca pela manutenção adequada do esquema vacinal.

Além disso, nota-se uma falha estratégica na propagação de informações acerca da importância da vacinação, em especial em regiões mais carentes, sendo esta, um possível motivo justificável para a baixa adesão à imunização de crianças em algumas populações da 15ª Região de Saúde.

A partir dos resultados encontrados, observa-se a necessidade de promover espaços onde os municípios possam trocar experiências das estratégias utilizadas para alcance das metas vacinais. Desta forma, estimula-se movimentos de fortalecimento de políticas de saúde de forma regional.

Por fim, a análise dos dados destacou a importância da utilização de vacinas combinadas, uma vez que possibilitam uma maior conveniência para as famílias e para os profissionais de saúde, sendo a utilização destas, quando possível, bem como a ampliação das estratégias de promoção, divulgação e conscientização na saúde, formas possivelmente eficazes de ampliar a cobertura vacinal em crianças.



REFERÊNCIAS

BELTRÃO, R. P. L. et al. Perigo do movimento antivacina: análise epidemio-literária do movimento antivacinação no Brasil. Revista Eletrônica Acervo Saúde, v. 12, n. 6, p. e3088, 2020. Disponível em: https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/3088>. Acesso em: 26 ago. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Programa Nacional de Imunizações - Vacinação. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programa-nacional-imunizacoes-vacinacao. Acesso em: 26 ago. 2022.

História do Zé Gotinha: saiba como nasceu o símbolo da imunização do Brasil. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2023/marco/historia-do-ze-gotinha-saiba-c omonasceu-o-simbolo-da-imunizacao-do-brasil>. Acesso em: 1 jul. 2023.

Banco de dados do Sistema Único de Saúde - DATASUS. Disponível em http://www.datasus.gov.br. Acesso em: 16 abr. 2023.

CARDOSO, I.; NISHIDA, F. AVALIAÇÃO DE COBERTURA EM ESQUEMA BÁSICO DE VACINAÇÃO EM MARINGÁ-PR. Enciclopédia Biosfera, v. 14, n. 25, p. 1103–1110, 2017.

CARLESSO, G. P.; GONÇALVES, M. H. B.; DE MELO, W. A. COMPARAÇÃO DESCRITIVA ENTRE COBERTURA VACINAL E DOENÇAS IMUNOPREVINÍVEIS EM CRIANÇAS DE 0 A 9 ANOS NO MUNICÍPIO DE MARINGÁ - PR. Disponível em:

https://www.unicesumar.edu.br/epcc-2013/wp-content/uploads/sites/82/2016/07/Guilherme_Pereira_Carlesso.pdf. Acesso em: 12 out. 2023.

DONALISIO, M. R. et al. Vacinação contra poliomielite no Brasil de 2011 a 2021: sucessos, reveses e desafios futuros. Ciência & saúde coletiva, v. 28, n. 2, p. 337–337, 2023.

FERREIRA, V. L. DE R. et al. Avaliação de coberturas vacinais de crianças em uma cidade de médio porte (Brasil) utilizando registro informatizado de imunização. Cadernos de saúde pública, v. 34, n. 9, p. e00184317, 2018.

GUILLEN, F. DE. O. et al. IMUNIZAÇÃO DE IDOSOS CONTRA INFLUENZA: ANÁLISE DO IMPACTO DA COBERTURA VACINAL SOBRE A MORBIMORTALIDADE POR PNEUMONIA NO MUNICÍPIO DE MARINGÁ

(2004-2008). Disponível em:

https://rdu.unicesumar.edu.br/bitstream/123456789/5826/1/franciele_oliveira_guillen.pdf. Acesso em: 1 jul. 2023.

HOMMA, A. et al. Pela reconquista das altas coberturas vacinais. Cadernos de saúde pública, v. 39, n. 3, 2023.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. MARINGÁ. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/maringa/panorama>. Acesso em: 16 abr. 2023a.

ESTIMATIVAS DA POPULAÇÃO RESIDENTE NO BRASIL E UNIDADES DA FEDERAÇÃO COM DATA DE REFERÊNCIA EM 1º DE JULHO DE 2021.

Disponível

em:https://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2021/estimativa_dou_2021.pdf. Acesso em: 16 abr. 2023b.



JUNIOR, A. J. B.; CALLEFI, M. H. B.; DE GENARO CHIROLI, D. M. AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DO ATENDIMENTO EM UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE EM MARINGÁ/PR. Latin American Journal of Business Management, v. 9, n. 1, 2018.

LUIZ, A. C. G. R. et al. Movimento Antivacina: a propagação de uma distopia que ameaça a saúde da população brasileira / Antivacin Movement: the spread of a dystopia that threatens the health of the Brazilian population. Brazilian Journal of Health Review, v. 4, n. 1, p. 430–441, 2021. Disponível em:

https://brazilianjournals.com/ojs/index.php/BJHR/article/view/22731. Acesso em: 26 ago. 2022.

MALAFAIA, G. Implicações da imunossenescência na vacinação de idosos. Revista brasileira de geriatria e gerontologia, v. 11, n. 3, p. 433–441, 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbgg/a/cvByxVWZzFwzPjh6bjT5jCw/?lang=pt. Acesso em: 12 out. 2022.

MATOS, C. C. DE S. A.; COUTO, M. T. Hesitação vacinal: Tópicos para (re) pensar políticas de imunização. Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade, v. 18, n. 45, p. 3128, 2023. Disponível em: https://rbmfc.org.br/rbmfc/article/view/3128>. Acesso em: 12 out. 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINGÁ. Instagram [@prefeiturademaringa]. Disponível em: https://www.instagram.com/prefeiturademaringa/?hl=pt-br. Acesso em: 04 jul. 2023

Twitter [@prefeiturademga]. Disponível em: https://twitter.com/i/flow/login?redirect_after_login=%2Fprefeiturademga. Acesso em: 04 jul. 2023

Facebook: [Prefeitura de Maringá]. Disponível em: https://www.facebook.com/prefeiturademaringa/. Acesso em: 04 jul. 2023

RODRIGUES, S. B. et al. Uso do Sistema de Informação de Imunização do Brasil: qual a realidade? Revista CUIDARTE, v. 13, n. 1, 2022.